

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ALUNO

Programa: PIBIC/CNPq-UFCG 2020-2021

Título do Projeto: Para onde vão as análises, trabalhos e formações: reflexões sobre a produção bibliográfica acerca da Educação Indígena e o que se desenha (ou não) para as políticas educacionais destinadas aos povos indígenas.

Aluno: Geraldo José do Monte Filho

Orientador: José Gabriel Silveira Corrêa

Assinatura do(a) aluno(a):

Assinatura do(a) orientador(a):

Local e Data

Resumo

Este artigo trata da pesquisa bibliográfica em sítios eletrônicos de bibliotecas de universidades públicas sobre a produção acadêmica sobre educação indígena, bem como das recentes realizações de acadêmicos indígenas. Partindo das transformações surgidas no âmbito da aprovação da Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas de valorização das especificidades e da diversidade cultural do país, procura mapear principalmente das publicações surgidas nos últimos anos (2015-2021). A pesquisa buscou perceber continuidades, descontinuidades e a dispersão dos materiais de pesquisa e análise para entender em que rumos a educação indígena tem se encaminhado e criado novas possibilidades de construção desse campo de saber e atuação.

Palavras-Chave: ANTROPOLOGIA; POVOS INDÍGENAS; POLÍTICAS PÚBLICAS.

Abstract

This article deals with bibliographic research on public university library websites about academic production on indigenous education, as well as the recent achievements of indigenous scholars. Based on the transformations that emerged within the scope of the approval of the Federal Constitution of 1988 and the public policies of valuing the country's specificities and cultural diversity, it seeks to map mainly the publications that emerged in recent years (2015-2021). The research sought to perceive continuities, discontinuities and the dispersion of research and analysis materials in order to understand the directions in which indigenous education has been heading and created new possibilities for the construction of this field of knowledge and action.

Key words: ANTHROPOLOGY; INDIAN PEOPLE; PUBLIC POLICY.

Introdução

Este relatório tem como objetivo sistematizar as atividades realizadas no âmbito do projeto: *Para onde vão as análises, trabalhos e formações: Reflexões sobre a produção bibliográfica a cerca da educação indígena e o que se desenha (ou não) para as políticas educacionais destinadas aos povos indígenas*, que buscou mapear a produção bibliográfica recente sobre a educação indígena. Para tanto, combinamos a leitura de textos e materiais referentes ao tema e a pesquisa em sítios de bibliotecas de universidades públicas para tentar refletir e compreender este universo que entrecruza as temáticas da educação, do indigenismo e do Estado.

Diante de um caminho que se desenha incerto, considerando os últimos anos das ações do governo brasileiro – os grupos que tinham recebido uma atenção continuada voltam a ser colocados como menos favorecidos no recebimento de políticas públicas visando reparar desigualdades historicamente reproduzidas – volta a viver momentos de desatenção e tensões em relação ao presente e ao futuro, repetindo o fardo pesado do passado. Neste sentido as populações indígenas situadas no território nacional, encontram obstáculos no que tange à questão de terem sua diversidade e direitos respeitados e aceitos, daí ser fundamental perceber os avanços, as oscilações e o que se poderia melhorar do que foi feito nas últimas décadas. Tendo como ponto de partida as produções bibliográficas em relação à educação indígena, é na educação que se pode notar as disputas de poder. Conjugadas sobre este espectro amplo tanto de formas de enquadramento como possibilidades de melhora e ascensão social, muitas vezes negada ou restringida aos povos indígenas, daí que entender as mudanças e as continuidades ao longo do tempo se configura numa chave importante de investigação ao tratar da educação indígena.

Partes constituintes da nossa construção enquanto nação são direta e indiretamente enfeixados pelo colonialismo que nos constitui. As conexões com o que chamamos de educação formal remetem aos esforços catequistas e educacionais dos primeiros contatos coloniais – onde se foi das guerras e genocídios, ao uso forçado da mão de obra e corpos dos indígenas, chegando ao ensino de ofícios e conversão religiosa, como versão menos violenta de um amplo processo de submissão – gradativamente sendo pensado através da educação em instituições religiosas, na educação desenvolvida nos postos indígenas e/ou na adoção de indígenas por famílias brancas (Lima, 2001, 2002 e 2007). A partir de

meados da década de 60 do século passado, mesmo que de forma muito restrita e ainda com muitos elementos modelados por práticas coloniais (Cardoso de Oliveira, 1972 e 1988), começam a se construir esforços de construção regular e mais aprofundada sobre as demandas e experiências educacionais dos povos indígenas. E a partir da inflexão imprescindível da redemocratização, culminando nos esforços e ganhos quanto a direitos e respeito a diversidade da constituição de 1988, onde novas portas se abrem no que diz respeito às conquistas dos indígenas, e trazendo os acontecimentos já do século XXI, esse presente projeto mapeou obras disponíveis sobre educação indígena e um entendimento melhor sobre o impacto e a relevância que essas obras podem oferecer.

Recuperar essa linha histórica é importante porque entender os avanços e os atrasos sobre a educação indígena no país é um dos fatores mais pertinentes aqui, e só é possível dizer que algo melhorou ou piorou quando comparado com alguma coisa e/ou alguma época. Portanto, mesmo nos elementos positivos que os indígenas conseguiram obter ao longo dos anos, cabe avaliar as diferentes dimensões dos dados para se ter uma compreensão melhor do que realmente foi ou é favorável ou não, e de como tais práticas são aplicadas na realidade cotidiana. Observar as próprias leis constitucionais, pensando suas diretrizes, suas aplicações e as formas que vão adquirindo talvez permitam contrastar entre proposituras idealizadas e a realidade dos direitos indígenas, e/ou os limites dessa realidade para efetivação concreta dos direitos indígenas menos colonialistas e/ou tutelares.

A partir das análises dos materiais, se tem como foco tentar perceber diferentes experimentos a respeito dos materiais sobre educação indígena em variadas partes do país, procurando pensar as variações e não resumir o tema a experiências únicas ou a uma região. Então aqui o cuidado tem a ver com a não-precipitação no momento da finalização do tratamento dos dados, pois este cuidado deve evitar tomar o micro pelo macro ou vice-versa (Oliveira Filho & Lima, 1983).

Após a nova constituição de 1988 e com os diferentes segmentos da sociedade civil conseguindo ser mais ativos, várias políticas públicas e ações afirmativas ampliaram os debates e as lutas sobre a diversidade cultural (Paladino & Almeida, 2012), dando assim, institucionalmente, direito aos grupos indígenas, mas cabe perceber e analisar o grau de suficiência, ou melhor, de insuficiência destes direitos e avanços na prática, ou seja, examinar até que ponto esta diversidade cultural realmente busca implementar a

própria diversidade na sociedade e como as políticas indigenista vêm atuando ao longo dos anos sobre a educação indígena.

Objetivos

Buscar um entendimento mais profundo em relação aos contextos que envolvem os diferentes grupos indígenas e aos processos pedagógicos pelos quais passaram, e para isto o mapeamento sobre os materiais bibliográficos em relação à educação indígena é de suma importância e objetivo principal deste projeto. As pesquisas e as reflexões atuais realizadas por outros e disponibilizadas de forma online nos proporcionam um campo mais vasto sobre a temática principal aqui, então isso fará com que tenhamos um entendimento mais exato das ações educacionais, tendo em mente que as especificidades dos grupos indígenas variam de região para região, e justamente essa questão de se notar perspectivas diferentes em relação a tudo isso é uma das buscas do rastreamento que objetivamos.

Então, a partir do mapeamento da produção bibliográfica sobre educação indígena, da percepção do aumento ou diminuição de obras e da reflexão sobre as mesmas, este artigo reflete o que o projeto buscou, ao sistematizar passado e presente, analisando continuidades e rompimentos de oportunidades e direitos, ações estatais e não governamentais, e adentrando no que diz respeito a política indigenista e políticas públicas, além da própria educação indígena.

Avaliação

O cenário da nossa pesquisa atual está em progresso e será desdobrado no próximo período da iniciação científica, com a ampliação das leituras e do material disponibilizado pelos acervos online das bibliotecas de universidades públicas federais e estaduais. A ideia foi centrar a pesquisa nos materiais bibliográficos, vendo inicialmente a disseminação de termos como *Educação indígena e Educação Escolar Indígena*, para a partir dos primeiros resultados, tentar compreender a formação de acervos, as formas de classificar e possíveis mudanças e variações na própria construção do campo temático.

Antes de entrar no esmiuçamento do levantamento realizado, fazemos aqui a recuperação das leituras realizadas para formar e orientar olhares na pesquisa. Para poder compreender nexos e nuances e, também, instrumentalizar com perspectivas e questões,

as leituras feitas com o intuito de se ter um entendimento mais profundo sobre esse campo da educação indígena. Sabendo que as diferentes perspectivas, de diferentes atores e regiões, nos interessam na busca de análises mais detalhadas dos dados pesquisados, demos um enfoque a leitura da coletânea organizada pela antropóloga Aracy Lopes da Silva, intitulada: **Comissão Pró-Índio: A Questão da Educação Indígena**, publicado em 1981. Os artigos reunidos neste livro, que detalham sobre experiências na tentativa de uma educação indígena, vieram de dois anos antes, e foram apresentados no primeiro Encontro Nacional de Trabalho sobre Educação Indígena, entre os dias 10 a 14 de dezembro de 1979, realizado na cidade de São Paulo. Mesmo esta coletânea não tendo nenhum artigo tratando a região Nordeste — o que é um possível indicativo de como se recortavam e produziam reflexões sobre educação indígena na época —, ainda assim se tem várias coisas interessantes observáveis em outras regiões e grupos.

Aparecem tópicos que serão retomados ou desdobrados no futuro como: o contexto local de cada grupo indígena; a função e a representação da escola para eles; o material didático utilizado e os métodos dos professores; o modo como os indígenas vêm os brancos e o papel da alfabetização; a linguagem mais adequada no momento do aprendizado; a não-participação dos mesmos no projeto que eles próprios seriam os “receptores”; a diferença entre a educação ideal e a real; as raízes da colonização nestes processos educacionais. Tudo isto, presente nos diversos artigos do livro organizado por Aracy Lopes, engloba uma série de elementos em comum e, ao mesmo tempo, diferentes que sinalizam e permitem pensar num olhar mais aprofundado sobre educação indígena, percebendo as singularidades e os processos que envolvem os diferentes povos indígenas e seus contextos de vida.

É importante ressaltar que estes estudos e experiências foram tratados no fim dos anos 70 e início dos 80, de maneira que esta coletânea nos permite notar alguns cenários da educação indígena no período anterior a aprovação da nova constituição de 1988, o que evidencia os impactos e as modificações que ocorrerão em termos de políticas públicas, acesso a direitos e garantia de respeito à diversidade dos povos indígenas.

Mesmo com tais ganhos, pode-se perceber a construção ao longo dos anos de projetos e processos de acesso a direitos assegurados pela constituição. Neste sentido, destacamos o livro *Entre a diversidade e a desigualdade: Uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula*, escrito por

Mariana Paladino e Nina Paiva Almeida. Neste livro, elas apresentam os aspectos e paradoxos da interculturalidade, as noções de ações afirmativas e suas diretrizes, os avanços na questão do reconhecimento da diversidade cultural e claro, os direitos constitucionais dos indígenas e os desdobramentos de tais procedimentos, desde o governo de FHC até o governo Lula, porém, no decorrer do livro, a ênfase se dá nos destaques e relevância do período do segundo presidente:

A partir da Constituição Federal de 1988, começaram a ser implementadas políticas diferenciadas de atendimento aos indígenas nas áreas de saúde e educação. Essas políticas e sua legislação orientaram-se pelas pressões e as demandas que as organizações indígenas e indigenistas vinham exercendo desde as décadas anteriores à Constituinte. Assim, legitimou-se a concepção de que os povos indígenas deveriam ter direito a uma educação escolar indígena bilíngue, específica, diferenciada e intercultural (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 42).

Estes desdobramentos, ao longo da história, nos provocam a reflexão e a curiosidade nas pesquisas dos tais materiais bibliográficos sobre educação indígena (que um dos objetivos principais desse projeto), para então se ter um aprofundamento no sentido de entender, considerando o cenário atual, nada tranquilo para os indígenas, sobre como tais direitos ainda são violentados, como estas violações são mascaradas e como estas máscaras refletem nas políticas e educação indígena.

Resultados parciais

Considerando neste momento ainda afetado pela pandemia, o aprofundamento foi produzido através dos encontros virtuais semanais de orientação, onde a partir das leituras e dos debates sobre educação indígena e as interfaces com os debates acerca do indigenismo, a atuação e as políticas de Estado e da educação em geral. Este tem sido o caminho seguido aqui, buscando uma visão crítica, e não naturalizada, da questão da educação indígena e as partes ligadas a ela, pois não seria plausível analisar a educação indígena isolada do indigenismo e da atuação do Estado (Luciano, 2006; Oliveira 2002 e 2004). Portanto, é fundamental entender melhor o campo de conhecimento em que estamos estudando, analisando as ramificações principais, ao invés de definir os processos como simples decorrências da vida, por isso entender o contexto histórico é tão importante para qualquer compreensão da realidade atual. Todas estas questões foram aprimoradas para que a condução do projeto caminhasse para a realização do levantamento e depois a reflexão sobre o material acessado.

Os textos fornecem conteúdos e informações diversas, estando ainda sujeitos a diferentes interpretações. Deste esforço de formação inicial, com sistematização de debates, questionamentos feitos pelo bolsista e procura em sintetizar propostas, projetos e realizações no campo da chamada educação indígena, se produzirão os nexos para fazer o levantamento dos materiais. A partir destes nexos se refletirá e organizará a pesquisa, para desdobrar em novas questões e possibilidades, finalizando este período do projeto com o material produzido e os encaminhamentos futuros.

O indigenismo e a falta/importância da representatividade

Qualquer grupo social desfavorecido, diante de um passado cruel e uma estrutura excludente, sempre estará uns 10 degraus abaixo dos grupos privilegiados; esta é a lógica de uma hierarquia branca e capitalista. Enquanto as classes favorecidas, para se destacarem, precisam de um esforço como andar tranquilo em uma praça, as classes excluídas necessitam de um esforço como correr à noite em uma rodovia, na contramão. E infelizmente o discurso da meritocracia voltará a aparecer, fazendo com que a imagem que tenhamos seja de que todos partem de um mesmo estágio, de uma mesma posição social; de que o sucesso dos brancos, dos não-indígenas é puramente algo natural. Por tudo isso fica claro a importância dos estudos em fontes históricas e em uma disposição para se ter um olhar crítico para o modelo de sociedade que temos hoje em dia.

A posição naturalizante e conformada é um dos problemas que impedem uma maior representatividade dos menos favorecidos, pois tudo que é “bom” é ligado a quem faz parte da classe dominante, e a partir do momento que essa falácia se difunde ela acaba se tornando “verdade”. A arte indígena não é divulgada e a cultura é menosprezada, mas qual o contato que tivemos para menosprezar algo que nem sequer conhecemos? Muitos estereótipos são lançados aleatoriamente a fim de enfraquecer ainda mais uma cultura que já vem sendo massacrada por séculos. Por isso a importância da representatividade, pois uma das questões mais importantes aqui tem a ver com o espaço e a oportunidade que o indígena merece receber para esclarecer os pontos de sua própria cultura e desmistificar o que não condiz com a realidade.

Basta analisar o fato de que os interesses dos povos indígenas pelo ensino superior está relacionado à aspiração coletiva de enfrentar as

condições de vida e marginalização, na medida em que veem a educação como uma ferramenta para promover suas próprias propostas de desenvolvimento, por meio do fortalecimento de seus conhecimentos originários, de suas instituições e do incremento de suas capacidades de negociação, pressão e intervenção dentro e fora de suas comunidades (BANIWA; HOFFMAN, 2010, p.10).

Muitos pontos devem ser esclarecidos sobre o mundo indígena para que se quebre uma imagem tão distorcida do senso comum; é necessário entender os aspectos institucionais e históricos que estiveram e estão ao redor do indigenismo, pois por se tratar de algo pouquíssimo discutido na nossa sociedade a questão indígena é vista como besteira e, muitas vezes, como chacota por parte das pessoas ignorantes. E não poderia ser outros participantes, senão os próprios indígenas para esclarecer de forma clara e justa os elementos de sua própria cultura, a fim de um espaço maior na luta pelos direitos pertencentes a eles.

É preciso enquadrá-lo teoricamente, mostrar em que campo social o indigenismo é fabricado como discurso e como prática, quais os atores e instituições que aí estão presentes, as regras de relacionamento entre eles, as instâncias através das quais ele se realiza, cria condições para a sua reprodução, se difunde, estabelece critérios de legitimidade, e busca por fim o reconhecimento público (FILHO; LIMA, 1983, p. 268).

A escola, a universidade e o esquecimento do mundo indígena

Particularmente, até o momento de ingressar neste presente PIBIC, minha concepção sobre os indígenas era quase nula, muito superficial ainda; não me tornei um *expert*, mas adentrando em textos e debates com meu supervisor muitas coisas foram esclarecidas, horizontes foram “desbloqueados” e uma visão crítica sobre o tema foi se perpetuando em mim. Mas a reflexão que eu trago aqui é: Por que para conhecer algo tão necessário é preciso ir “tão longe”? Uso o termo “tão longe” porque pouco se fala sobre o mundo indígena no currículo da graduação, e nas escolas muito menos, então um projeto como este eu considero algo distante, pois não são muitos que terão acesso a ele.

A problemática aqui é em ressaltar que os trabalhos sobre e dos indígenas não chegam na nossa educação como algo importante; fica sempre escanteado, esquecido. E com uma formação com essa grande lacuna histórica e cultural de um povo tão importante é como se todos os problemas que acontecem no mundo indígena não são importantes e necessários de serem debatidos. É recorrente as pessoas tratarem o índio como uma

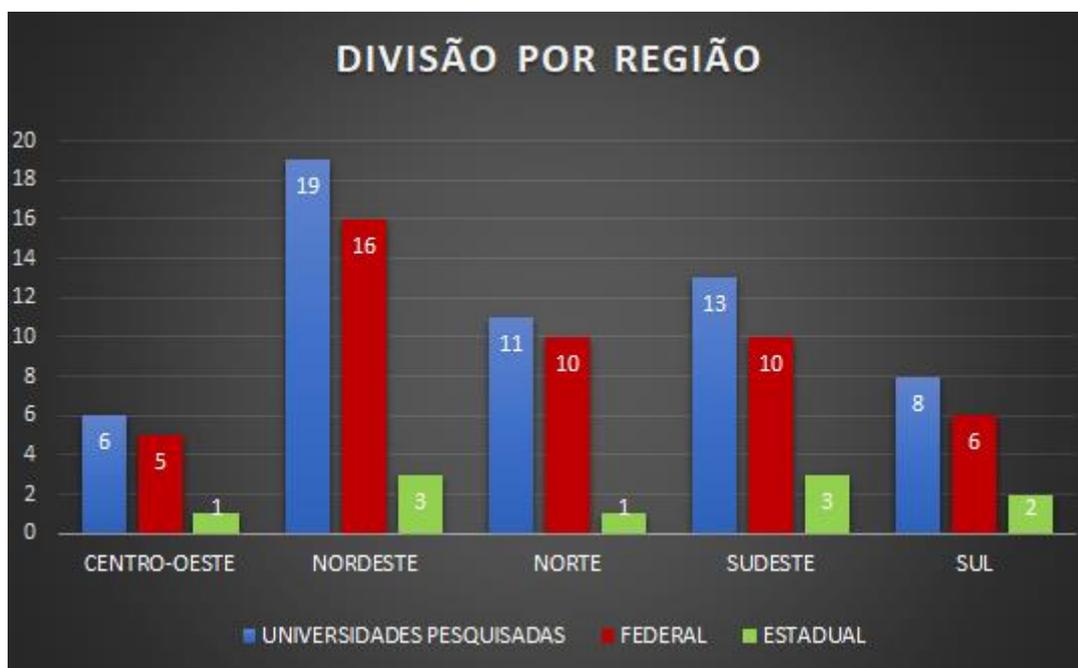
fantasia, que volta e meia vira moda nos carnavais; e aqui recorro das atividades e comemorações do Dia do Índio nas escolas que frequentei, onde os indígenas eram tratados como uma lenda, um mito, algo que já não existe mais. E aqui coloco mais um questionamento: Como as pessoas vão se interessar seriamente por algo que “não existe”?

Ao ler a monografia de Saldanha (1996), intitulada: “*ESCOLA DE HERÓIS*” *Os cursos de formação dos técnicos de indigenismo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 1970 até 1985*, tive muitas reflexões no que tange o interesse de se dedicar ao mundo indígena; sobre o que leva alguém a querer se interessar por essas questões, pois o texto de Luíza Saldanha vai mostrando como e porque surgiu os cursos de formação dos técnicos de indigenismo na época. De acordo com Saldanha (1996) “Este curso, que a princípio é piloto, ou seja, estava sujeito a mudanças, pretendia formar funcionários para atender a uma necessidade que não era nova, mas que, porém, se perpetuava há muito tempo sem ser resolvida, ou seja, a relação direta entre instituições governamentais e os povos nativos. Esperava-se através do curso superar os entraves colocados por uma atuação que até então tinha se pautado em um voluntarismo, tendo por base uma ação paternalista ou autoritária com relação aos índios.”

Mas uma das minhas observações ao longo da monografia supracitada, e que já tinha sido tratado em vários outros textos, é a de que naquele momento as posições e perspectivas dos indígenas não aparecem como elementos nem a serem considerados. Porém voltando a questão do interesse pela área indígena, partindo dos relatos dos próprios participantes da vaga para o curso de indigenismo, o que fica claro é que muitas pessoas só sabiam mesmo sobre os indígenas quando tinham contato com eles, até então o que havia era precipitações por toda a estrutura negativa existente, que acabava influenciando muitas pessoas. E trazendo para os dias atuais, a realidade parece não ter se alterado. No meu caso individual, mesmo eu traçando as etapas da graduação em Ciências Sociais normalmente, sem participar deste PIBIC, a minha visão sobre os indígenas seria bastante atrasada, pois o que não é falado nem mostrado tende a ser ignorado e menosprezado pela nossa mente. Por tudo isso foi importante o engajamento em projetos como esse.

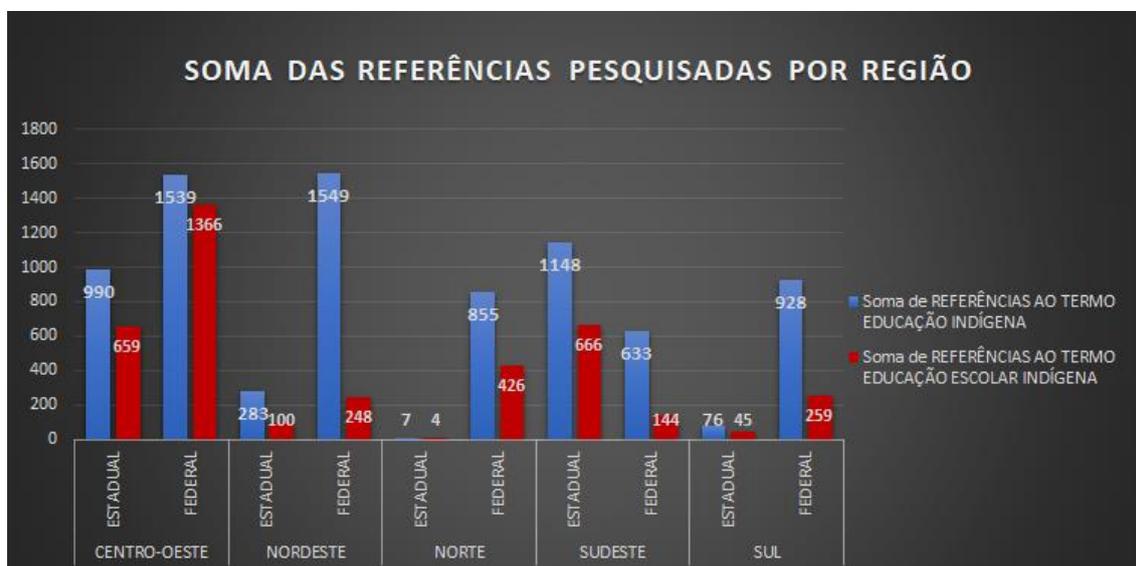
O Mapeamento

No último mês, percorremos os sítios das bibliotecas das universidades públicas procurando mapear que referências existiam sobre “educação indígena” e “educação escolar indígena” tentando entender como a produção sobre o tema chega nos lugares preferenciais de formação e disseminação dos trabalhos e pesquisas ligadas à educação indígena. Antes de tudo ao pensar sobre a pouca circulação e incorporação dessas questões pela sociedade em geral e pela própria formação geral (LUCIANO, 2006), fica evidente os desafios de tornar esse tema reconhecidamente relevante para educação. Neste sentido pesquisamos 57 sítios das bibliotecas de universidades públicas - 47 federais e 10 estaduais - tentando compreender a produção, a disseminação e o compartilhamento de materiais à cerca da educação indígena:



A escolha das universidades procurou mapear de maneira ampla os acervos bibliográficos, especialmente em estados onde houve implantação de licenciaturas indígenas de meados dos anos 2000 até a próxima década, objetivando perceber até que ponto a existência de tais cursos pode indicar o aumento de materiais para serem lidos e consultados. Na impossibilidade de poder acompanhar aprofundadamente as atividades das licenciaturas, acreditamos que poderíamos perceber pistas de como novos trabalhos produzidos localmente foram incorporados.

O gráfico abaixo sinaliza as referências aos dois termos consultados nas bases - *educação indígena* e *educação escolar indígena* - tentando dimensionar de alguma maneira, o montante de trabalhos referenciados à temática:



Ao colocar dois termos parecidos, se pretendeu filtrar ausências ou inclusões indevidas, que muitas vezes as indexações podem produzir. Como exemplo, temos os levantamentos sobre educação indígena nas universidades UNEB, UFBA e UFOPA, onde ao examinar a que se referiam os termos, encontramos muitas referências que não tratavam da temática. Também encontramos uma universidade sem nenhuma referência bibliográfica aos dois termos (UNIFAP) e três universidades onde não se conseguiu acessar a base de dados das bibliotecas (UNEAL, UFRPE e UFS).

Universidade	Termo: educação indígena	Termo: educação escolar indígena
UFPEl	55 referências	8 referências
UFRGS	633 referências	131 referências
UFSM	44 referências	15 referências

UFSC	186 referências	85 referências
UFPR	27 referências	20 referências
UEM	53 referências	31 referências
UEL	23 referências	14 referências
UNILA	3 referências	nenhuma referência encontrada
UFMS	8 referências	8 referências
UFGD	28 referências	10 referências
UFMT	220 referências	76 referências
UFG	57 referências	27 referências
UFT	87 referências	23 referências
UNEMAT	990 referências	659 referências
UNB	1226 referências	1245 referências
USP	301 referências	61 referências
UNESP	512 referências	515 referências
UNICAMP	335 referências	90 referências

UNIFESP	66 referências	14 referências
UFSCAR	56 referências	11 referências
UFMG	220 referências	56 referências
UFV	1 referência	3 referências
UFJF	40 referências	22 referências
UFJVM	11 referências	5 referências
UFES	27 referências	7 referências
UFRRJ	53 referências	16 referências
UFRJ	159 referências	10 referências
UFF	nenhuma referência encontrada	nenhuma referência encontrada
IFBA	53 referências	25 referências
UFBA	1130 referências	118 referências
UFRB	11 referências	2 referências
UFSB	11 referências	3 referências
UNILAB	4 referências	4 referências

UNIVASF	21 referências	6 referências
UFS	Site não abriu para pesquisa	Site não abriu para pesquisa
UNEB	266 referências	85 referências
UFAL	28 referências	12 referências
UNEAL	Site não abriu para pesquisa	Site não abriu para pesquisa
UFPE	93 referências	30 referências
UFRPE	Site não abriu para pesquisa	Site não abriu para pesquisa
UFPB	55 referências	13 referências
UFCG	8 referências	nenhuma referência encontrada
UFRN	35 referências	nenhuma referência encontrada
UECE	17 referências	15 referências
UFC	68 referências	18 referências
UFPI	8 referências	4 referências
UFMA	24 referências	13 referências
UNIFAP	nenhuma referência encontrada	nenhuma referência encontrada

UFRR	116 referências	9 referências
UFAC	22 referências	24 referências
UNIR	29 referências	11 referências
UEA	7 referências	4 referências
UFAM	214 referências	29 referências
UNIFESSPA	9 referências	4 referências
UFOPA	300 referências	300 referências
UFRA	4 referências	1 referência

Ao examinar as referências encontradas, percebemos uma enorme diferença em termos quantitativos entre as diferentes universidades, sendo que poucas delas possuem acervos aprofundados sobre o tema pesquisado. Para além das possíveis dificuldades na construção de acervos e circulação de materiais sobre educação entre povos indígenas, mesmo os acervos mais numerosos não sinalizam uma bibliografia minimamente compartilhada.

Longe de pensarmos que isso possa ser um problema, indica diferentes ênfases que as diferentes licenciaturas indígenas espalhadas por universidades públicas de todo o país acabaram seguindo. Uma presença recorrente nas referências bibliográficas pesquisadas foi de trabalhos realizados juntos às populações indígenas presentes ou próximas da unidade da federação no qual estas universidades estão localizadas. Mesmo cursos com perfil de formação englobando a presença de alunos indígenas de todo o Brasil - UNEMAT, UFMG, UNB, UFSC, entre outras universidades - mantêm ou mantiveram conexões de trabalho e formação com populações indígenas regionalmente próximas.

Algumas publicações, que inclusive lemos para a iniciação científica encontram-se disponíveis na grande maioria das bibliotecas: as duas publicações de Aracy Lopes da Silva (*Comissão Pró-Índio: A questão da Educação Indígena* e *A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1o e 2o graus*); o livro de Gersem Luciano (*O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil Hoje*) e também o livro de Marina Paladino e Nina Paiva (*Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula*). Também são referências recorrentes as publicações de Mariana Kawall e Aracy Lopes da Silva (*Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*); Tônico Benites (*A escola na ótica dos ava kaiowá: impactos e interpretações indígenas*), ou relatórios e publicações produzidas pelo ministério da educação (MEC).

Outros dois elementos chamaram a atenção e podem ser destacados, com o aumento das produções na última década de publicações referidas às experiências de pesquisa e atuação junto a formação de professores indígenas ou funcionamento das escolas indígenas e mais recentemente com o surgimento de estudantes indígenas e de autores indígenas, indicando um novo ator no campo da educação indígena (https://pt.m.wikibooks.org/wiki/Bibliografia_das_publica%C3%A7%C3%B5es_ind%C3%ADgenas_do_Brasil/Teses_e_disserta%C3%A7%C3%B5es). Elemento esse que ao mesmo tempo apontam uma novidade e indica caminhos novos para serem conhecidos e pesquisados.

O atraso e as instituições

Tal qual quando vejo filmes ou séries que tenho vontade de compartilhar com todo mundo, assim também acaba sendo quando me aprofundo nessas questões sociais, mas é imensamente difícil acreditar que uma consciência vá se espalhar de forma rápida, pois o atraso que vivemos não dá para mensurar. Não basta só pensar no que se tem hoje sem se atentar a todo passado horrível que trouxe este presente. As conquistas indígenas são muito recentes, e ainda assim não são respeitadas, principalmente quando falamos do respeito as práticas e diferenças culturais. Então não se tem apenas o atraso, mas também há uma ausência de reflexão para perceber e querer mudar este atraso. “Efetivamente, pode-se apontar os meados dos anos 70 como o período em que as lideranças indígenas

começaram a ultrapassar as esferas de suas próprias tribos para alcançarem círculos mais abrangentes, povoados por etnias indígenas as mais diversas.” (OLIVEIRA, 1988, p.19)

A autonomia dos indígenas durante muito tempo foi sequer considerada. Ignorada ou tratada como inconcebível por grande parte dos agentes de implementação de políticas estatais para os povos indígenas, o surgimento de profissionais indígenas no campo da educação indígena, trazendo experiências e produzindo pesquisas e novos olhares, tem em alguma medida forçado a modificação de perspectivas pela revisão crítica da produção, experiências e modelagens da educação indígena. E será em cima desses materiais que pretendemos nos aprofundar na continuidade da pesquisa.

Agradecimentos

Agradeço ao apoio prestado pelo Cnpq e pela UFCG neste projeto de iniciação científica.

Referências Bibliográficas:

CARDOSO de OLIVEIRA, Roberto. **A crise do indigenismo**. Editora da UNICAMP, Campinas, 1988.

———. **O papel dos postos indígenas no processo de assimilação**. A sociologia do Brasil indígena. Editora da USP, São Paulo, 1972.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. “Tradições de conhecimento para gestão da desigualdade” in *Trânsitos Coloniais*: BASTOS, FELDMAN-BIANCO e ALMEIDA (Org.). Editora Unicamp, Campinas, 2007.

———. *Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo*. In: L'ÉSTOILE, Benoît; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia;. (Org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. 1a. ed., Relume-Dumará/FAPERJ, p. 159-186, Rio de Janeiro, 2002. ———. “FUNAI” In *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, 5v., p. 2426-2432. FGVCPDOC, Rio de Janeiro, 2001.

LUCIANO, Gersen. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil Hoje**. MEC/LACED, Brasília/Rio de Janeiro, 2006.

PALADINO, Mariana & Nina Paiva ALMEIDA. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula**. Contra Capa Livraria, LACED/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo malestar na antropologia. In: LANGDON, Esther Jean & GARNELO, Luiza (org.). Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa. Contracapa/ABA, Rio de Janeiro, 2004. ———. “O antropólogo como perito: entre o indianismo e indigenismo”. In: L’ESTOILE, Benoit; NEIBURG, Federico & SIGAUD, Lygia. Antropologia, Impérios e Estados Nacionais. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; LIMA, Antônio Carlos de Souza. Os muitos fôlegos do indigenismo. In: **Anuário Antropológico**, 81. Editora Tempo Brasileiro e Editora da UFCE, p. 277-290, Rio de Janeiro/Fortaleza, 1983.

SALDANHA, Luiza. **“ESCOLA DE HERÓIS” Os cursos de formação dos técnicos de indigenismo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 1970 até 1985**. Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, Aracy Lopes da. **A questão indígena na sala de aula: subsídios para professores de 1o e 2o graus**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

SILVA, Aracy Lopes da et al. **Comissão Pró-Índio: A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 223 p.

TASSINARI, Antonella. MARIA ARACY DE PÁDUA LOPES DA SILVA (1949-2001). In: **Anuário Antropológico/2000-2001**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003: 337-342.